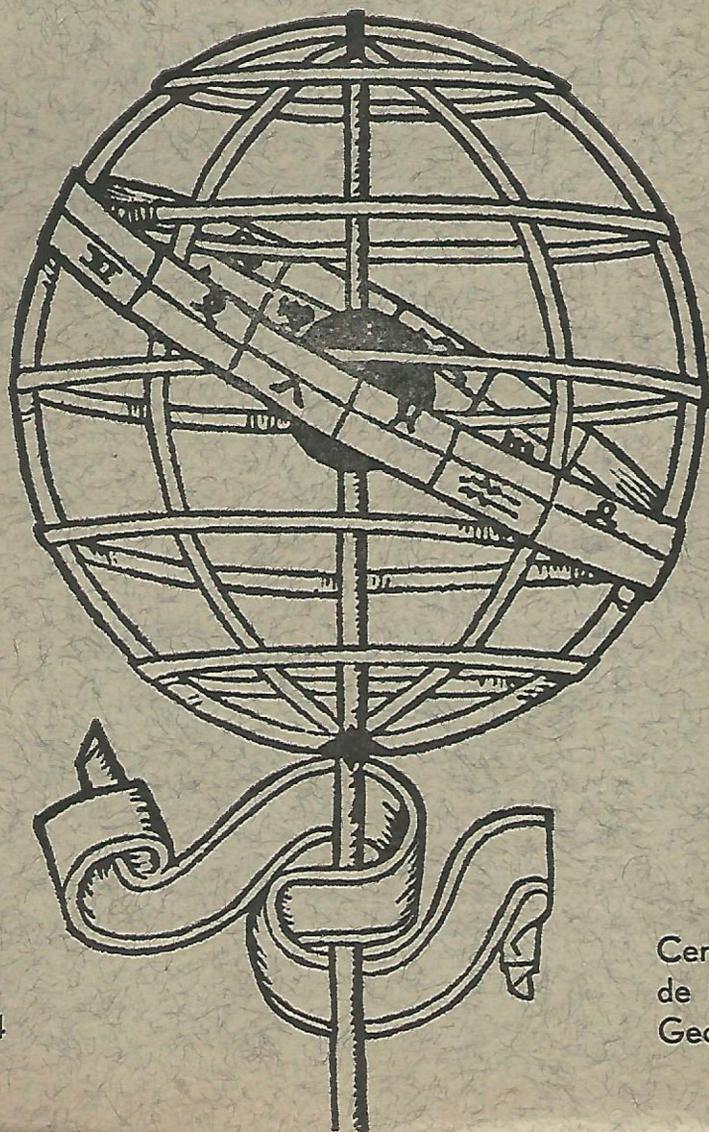


FINISTERRA

Revista Portuguesa de Geografia



Volume IX
Número 17
Lisboa 1974

Centro
de Estudos
Geográficos

FINISTERRA

Revista Portuguesa de Geografia

VOLUME IX

LEGADO DO PROFESSOR
MANUEL VIEGAS GUERREIRO



LISBOA
1974

indiqués de la même manière, les bois et forêts se détachant en outre grâce à l'emploi d'un fin pointillé vert, suffisamment léger pour ne pas gêner la lecture des autres signes.

Si la publication de la première édition de la carte topographique au 1:25 000 a déjà représenté un énorme progrès par rapport à la figuration cartographique antérieure du territoire portugais ⁽²⁾, la nouvelle édition en cours va fournir, sans changer d'échelle, un instrument de travail d'une précision et d'une richesse bien supérieures. Toute étude scientifique, toute réalisation technique, doivent obligatoirement s'appuyer sur l'utilisation de ce document fondamental qui constitue d'ailleurs la base de toute la cartographie thématique moderne du Portugal.

On peut regretter que les règlements militaires imposent encore, comme en bien d'autres pays, certaines restrictions à sa diffusion. S'il est naturel que le choix des éléments représentés soit en partie commandé par les besoins de l'armée ⁽³⁾, le Service Cartographique n'a jamais commis l'erreur de réaliser une carte limitée aux seules informations réclamées par les militaires. Il a au contraire élaboré un document riche et équilibré, aussi indispensable au forestier ou à l'ingénieur qu'au géographe ou à tout autre chercheur. La lecture interprétative de la carte au 1:25 000 devrait constituer une des techniques de base de l'enseignement de la géographie du Portugal et cela dès l'enseignement primaire. Un recueil d'extraits significatifs pourrait à cet égard aider beaucoup les enseignants et contribuerait à la diffusion auprès du grand public de cet excellent instrument d'information et de travail.

S. DAVEAU

SÃO JOÃO DAS LAMPAS, FREGUESIA SALOIA DO CONCELHO DE SINTRA

ESTUDO ETNOLÓGICO

Tem-se a Etnologia ocupado, sobretudo, de populações ditas primitives. Inicialmente, em muito remotos tempos, foi a curiosidade do novo, do exótico que principalmente atraíu os espíritos, depois, outras razões e de carácter científico se juntaram.

Toda a marcha do conhecimento se faz do simples para o complexo e a análise das sociedades ágrafas, pouco numerosas, relativamente isoladas, culturalmente homogêneas, permite achar os caracteres

⁽²⁾ O. RIBEIRO, «Matérias para um Atlas Nacional de Portugal», *Finisterra*, 1967, pp. 276-281.

⁽³⁾ En particulier, le signe qui indique les étendues parsemées de rochers pourrait être non pas supprimé, mais rendu moins pesant. Un autre défaut qui persiste sur l'édition récente doit aussi être signalé: la multiplication des tracés bleus de talwegs qui soulignent toutes les inflexions des courbes de niveau, même quand aucun ruisseau, temporaire ou pérenne, n'y est installé. Il semble pourtant que cette distinction intéresserait tout autant les militaires que les géographes.

essenciais das instituições, difíceis de discernir em sociedades mais complexas. A riqueza e diversidade de seus costumes e práticas e o confronto com os dos povos ocidentais abrem, por outro lado, caminho para o estabelecimento das constantes e variáveis da cultura, última ambição da Etnologia.

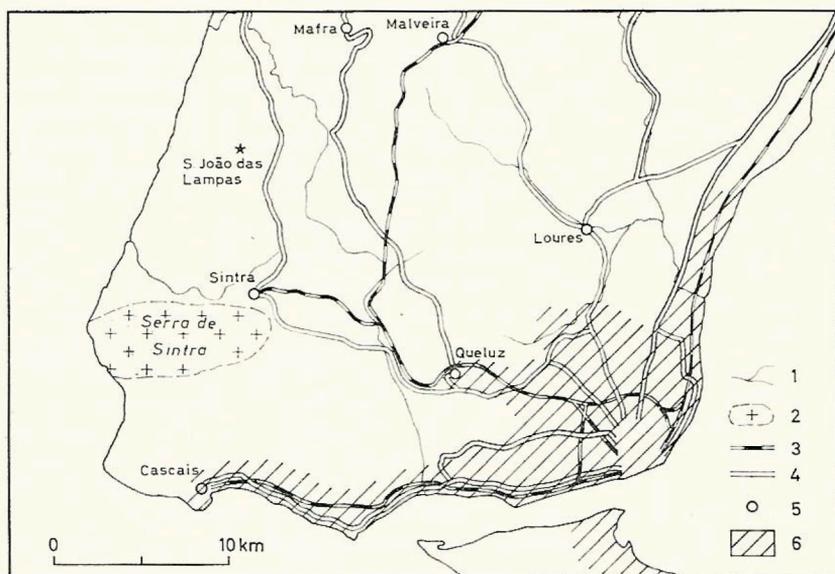


Fig. 1 — Situação de S. João das Lampas em relação a Lisboa.
 1: Rios principais, 2: Serra de Sintra, 3: caminho-de-ferro,
 4: estradas principais, 5: povoações importantes,
 6: área urbanizada de Lisboa.

Modernamente, porém, alargaram os etnólogos os seus estudos a populações ditas históricas. Têm sido objecto da sua observação pequenas comunidades rurais, centros urbanos e até complexos culturais mais circunscritos, como a família e parentesco nas grandes cidades. Dá-se, em todo o caso, preferência às pequenas sociedades *folk*, onde se conservam tradições e a cultura se mantém homogênea. E os métodos utilizados na pesquisa são ainda os que se afinaram na experiência com *primitivos*.

Trabalhos deste género estão agora muito em voga na América e Inglaterra e foram os Americanos os primeiros a iniciá-los há umas quatro dezenas de anos. Estudam-se comunidades rurais da América do Norte e do Sul, da Inglaterra, da Europa continental, da Turquia, da Índia e do Japão. É na linha destas investigações que se situa a antropóloga americana JOYCE FIRSTENBERG RIEGELHAUPT, que apresentou, como tese de doutoramento, à Faculdade de Ciência Política da Uni-

versidade de Colúmbia, o estudo monográfico da freguesia de S. João das Lampas, do concelho de Sintra (¹).

Porque o trabalho se ocupa de uma povoação portuguesa, é valioso e relativamente raro — dele se fez apenas número limitado de fotocópias —, irei resumindo e comentando cada um dos seus capítulos.

O plano é simples, clássico, directo: uma introdução (I), descrição da comunidade (II), e logo os três principais aspectos da cultura — vida económica (III), política (IV) e religiosa (V), de que decorre a necessária conclusão (VI).

INTRODUÇÃO

A autora anuncia o seu objectivo, que é o de examinar em que medida a proximidade de um centro urbano influi na integração de uma pequena sociedade camponesa na sociedade geral.

É a Europa um campo aberto a estudos desta natureza, apesar da grande revolução industrial, que desde o século XVIII vem transformando as velhas estruturas sociais, e das profundas mudanças a que deram origem a primeira e segunda guerras mundiais. Subsistem, a despeito disso, sociedades camponesas, onde o estilo de vida local se não apagou de todo. E Portugal, pré-industrial e em marcha para a industrialização, proporcionou-lhe óptima matéria de pesquisa.

Escolheu uma entre várias freguesias rurais do distrito de Lisboa — S. João das Lampas, a cerca de 40 km da capital. Seguindo o modelo teórico de ROBERT REDFIELD, segundo o qual a modernização de uma sociedade *folk* depende da maior ou menor proximidade de um centro urbano e consequentes contactos, averigua até que ponto ele se aplica ao caso concreto de S. João das Lampas e conclui que tal modernização antes se deve à influência cada vez maior das instituições económicas, políticas e religiosas nacionais. A penetração destas na vida local não exige proximidade de vilas ou cidades, realiza-se na própria povoação, ajudada dos modernos meios de comunicação e difusão da cultura. E isso mesmo se observa em comunidades distantes dos referidos centros.

O estudo deste problema de ordem geral toma em Portugal feição típica. País que ficou à margem da segunda guerra, com governo estável e autoritário, não o sacudiram movimentos de progresso económico e industrial que a guerra promoveu. Manteve-se como nação pré-industrial e, na época em que a autora aqui esteve, em transição para um estado industrial.

Em favor da sua tese chamará exemplos análogos, esperando lançar alguma luz no processo de integração em causa, a partir do caso português. E termina a *Introdução* com esclarecer que a escolha de S. João

(¹) *In the Shadow of the City: Integration of a Portuguese Village*. Columbia University, 1964. Esta obra pode ser consultada no Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Lisboa.

das Lampas se deveu a reunir a comunidade as condições que conuinham: sede de freguesia, com menos de 600 habitantes, transportes fáceis para Lisboa, fraca zona de imigração e, sobre isso, saloia. Aí residiu quase um ano, de Fevereiro de 1961 a Janeiro de 1962, conduzindo a sua investigação como observadora participante e usando ela própria a língua portuguesa. Refere a consulta de documentação histórica antiga, existente ou não na paróquia e de dados estatísticos oficiais e mapas.

A matéria da Introdução que acabo de resumir sugere-me o seguinte comentário puramente formal: a autora podia pôr mais frontalmente a tese que defende e escrever algo como isto: parte REDFIELD do pressuposto de que a integração de comunidades folk em sociedades nacionais mais amplas se explica pela proximidade dos centros urbanos e consequentes contactos; ora isso não é necessariamente assim, sucedendo que, no caso de S. João e em outros, tal urbanização se deve, sobretudo, à penetração na vida local das instituições económicas, políticas e religiosas do todo nacional.

A COMUNIDADE

História. — A autora esboça, a traços largos, a ocupação muçulmana da Península e da sua faixa ocidental em território hoje português. Põe em realce o tolerante domínio muçulmano: «Viver e deixar viver» e a aculturação dos moradores cristãos (Moçárabes) aos costumes islâmicos e o contributo trazido pelos Árabes à agricultura peninsular. Chama a atenção para a divisão do território em duas metades, norte e sul, a que conduziu o domínio mourisco, que pouco extravasou do norte da Estremadura, zona de transição entre o Norte e o Sul. E como antecipação da notícia histórica sobre os Saloios refere a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques em 1147.

Escreve Joyce a respeito dos Moçárabes: «Cristãos em religião, mas Mouros no modo de vida» (p. 13). Afirmação arriscada. Se bem que, em parte, islamizados, não o foram tanto que só na religião se conservassem Cristãos. Nem isso culturalmente podia ser, um complexo cultural não é independente do conjunto da cultura.

A irrigação era conhecida na Península antes da invasão muçulmana e nem a autora o nega, mas, no modo como se lhe refere, quase faz pensar isso. E também avança demais quando afirma que «... as hortas começaram a produzir frutos frescos e hortalijas para os centros urbanos», abonando-se com Orlando Ribeiro, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Lisboa, 1945, p. 91. Ora Orlando Ribeiro não autoriza tanto, no comentário que faz ao contributo da civilização moirisca. Não se diz aí que os Mouros «começaram a produzir» e simplesmente que «criaram no âmbito das principais cidades nova forma de exploração intensiva e minuciosa».

Os Saloios.—Aos mouros forros de Lisboa e arredores concedeu D. Afonso Henriques foral em 1170, consentindo que continuassem a viver em paz nas suas terras, mediante pagamento de certos tributos. Destes e dos cristãos moçárabes que com os primeiros viviam terão provindo os actuais Saloios, que são os camponeses dos arredores de Lisboa.

Por seu modo de vestir e de falar, por seu modo de agir e até pelo tipo físico, segundo alguns, têm os Saloios constituído um grupo social típico. Tais peculiaridades, contudo, vão-se a pouco e pouco extinguindo, e é das causas desse fenómeno que Joyce se irá ocupar. Usará o termo *saloio* com sentido predominantemente geográfico: território bem definido em volta de Lisboa, onde habita um certo tipo de população. E cita os limites que lhe fixou Leite de Vasconcellos (*Etnografia Portuguesa*, vol. III, pp. 433-437) e ainda hoje aceitáveis.

S. João das Lampas.—Situa-se S. João das Lampas no território saloio, no extremo noroeste do concelho de Sintra. Há, na área da freguesia, marcas evidentes de ocupação antiga, desde o Quaternário, sendo certo que nela se instalaram Romanos e por aí passaram os povos germânicos, com longa permanência de Mouros e Moçárabes. As primeiras notícias do período português são do século XV e o censo de 1527 dá uns 600 habitantes para toda a paróquia.

Lugar de pouca importância histórica tem sido centro agrícola abastecedor de Lisboa e ainda hoje esse carácter saloio se mantém. Mas o que mais importa à autora é a vida contemporânea do burgo e da freguesia, de que passará a ocupar-se.

A povoação actual.—Lisboa e o caminho para Sintra, Sintra e o acesso a S. João das Lampas são objecto de animada descrição. Sobre um planalto ondulado e em seus pontos mais altos, lugarejos e pequenas povoações compactas entre as quais avoluma S. João, com sua igreja de graciosa cúpula. Em toda a paisagem, pequenos campos cercados de muros de pedra solta, terras de alqueive ou semeadas, manchas de pinhal desgrenhado, maninhos, pedreiras. Na povoação de vielas irregulares de casas caiadas e de telhados vermelhos impõe-se a igreja, com sua airosa cúpula e portal manuelino, a escola, os edifícios da Junta e do Correio e o grande largo do Rossio. Casas de dois pisos e de um, no que, em parte, repetem as do Norte e do Sul. As primeiras, caracteristicamente saloias, com celeiro, sala de jantar e cozinha em baixo e quartos de dormir, em cima, e as últimas com todas as divisões das outras, às vezes sem celeiro. Casas térreas, de feição urbana, sem celeiro e sem forno, também as há, e tanto as habitam trabalhadores assalariados de vários officios, desligados da terra, como famílias de agricultores que, neste caso, constroem cobertos para colheitas e cozem o pão em forno alheio.

No recheio da casa mistura-se o antigo e o moderno, cama de ferro e lavatório tradicionais e luz eléctrica e fogão de gaz, para dar um exemplo.

A água traz-se de poços particulares e fontes públicas.

No agregado habitacional distinguem-se dois bairros, núcleos iniciais do casario, o da *anta*, junto da igreja e o do *canto*, a sudoeste. A povoação vai-se desenvolvendo em torno do Rossio. Sua feição tem mudado pouco, dado que a renovação se faz, grandemente, substituindo edifícios antigos por modernos. Casas construídas em baldios e um bairro novo para pobres na parte norte salientam-se entre as escassas mudanças da estrutura tradicional. Assinalam-se três casas maiores: Correio, Sociedade Recreativa e *salão*, no qual se realizam sessões não eclesiásticas, mas sob controle da Igreja, e ainda duas escolas primárias, uma escola de extensão agrícola para raparigas, uma creche e um posto de enfermagem dirigido por freiras, mercearias, tabernas, a padaria, a peixaria, o lugar de hortaliça, talho, farmácia, três sapateiros, uma sapataria, dois barbeiros e uma cabeleireira.

De referir, igualmente, duas oficinas de ferreiro, uma das quais fabrica objectos novos para fábricas maiores, e dois telheiros, estes na periferia, que trabalham para industriais de uma freguesia vizinha.

Os homens cavaqueiam nas tabernas e barbearias, ao domingo à tarde, as mulheres nas lojas, onde diariamente gastam horas.

Ao referir-se às casas térreas do Sul escreve JOYCE que «...são barracas arrendadas, sem janelas, de pobres trabalhadores do campo, sem terra...», ao passo que as de S. João «... são perfeitamente habitáveis, com janelas, vários quartos e todas as comodidades das casas maiores». Ora a casa rural do Sul não é isso. Pode haver um ou outro grupo humano instalado em barracas, mas a comum habitação do Sul, ainda quando de gente sem terra, é a que ORLANDO RIBEIRO descreve na obra atrás citada, que a autora aproveita a propósito da casa do Norte (pp. 99-100 da 2.ª edição) e não aproveita no que concerne às do Sul (pp. 100-101): «A casa do Sul caracteriza-se tanto pela forma mais simples como pela função mais especializada: construção de um só piso, destinada apenas a habitação... O exterior mostra as paredes rebocadas e caiadas, às vezes ornadas de cores vivas; aberturas frequentes também nas traseiras, embora faltem nas fachadas laterais; um poial de pedra, à entrada da porta, convida ao descanso pela fresca da tarde. Nem em construções secundárias se usa outra cobertura que não seja a telha. O telhado de quatro águas não é raro. Nos edifícios de taipa, as paredes são às vezes reforçadas por contrafortes salientes de pedra. Dentro, a cal branqueia também paredes e tabiques iluminados pela claridade que as vidraças deixam passar; o chão é de terra batida ou, mais geralmente, de ladrilho, de sobrado, calcetado com pedrinhas ou coberto de lages. Um ripado de madeira, esteiras ou até um tecto de pranchas isolam interiormente o telhado. A chaminé escoo o fumo, que já se não derrama pela casa, enegrecendo-a. E este pormenor arquitectónico, implantado sobre a fachada principal, carrega-se, ao longo do Alentejo, de intenção decorativa, até constituir, no Algarve, com suas formas e torres e cúpulas e finos rendilhados, a parte mais bela e mais nobre da habitação».

Gente de fora. — Compra-se o essencial na aldeia, o supérfluo nas feiras dos arredores, nas lojas de Sintra ou de Lisboa. Mas também a um comércio ambulante, que de burro, de carro, de automóvel chega a S. João e expõe sua mercadoria no Rossio. Não faltam panos, fatos feitos, objectos religiosos e adornos. Passam o carro do azeite e o funileiro à porta e tudo isto esperam as mulheres, com interesse, para falar, para ouvir notícias de fora.

Estranhos no burgo, além dos mencionados, só pobres e ciganos, os primeiros, bem recebidos, se velhos, e indesejáveis, se novos e contando tragédias, os segundos, repudiados, por impertinentes, ladrões, ruidosos, pedinchões.

Os limites da comunidade. — A freguesia de S. João das Lampas tem a sua sede na povoação do mesmo nome e está subdividida em seis subcomunidades: Santa Susana, Odrinhas, Assafora, S. João das Lampas, Bolembre-Tojeira e Fontanelas. É cada uma destas, com limites bem definidos, constituída por uma aldeia, com um dos referidos nomes e lugarejos circunvizinhos e caracteriza-se por satisfazer às fundamentais necessidades das suas gentes: económicas, de educação e recreio e religiosas, portanto com mercearias, escola, sociedade recreativa, grupo de futebol e capela; só a Bolembre-Tojeira falta esta última. Mantêm estas subcomunidades rivalidades entre si: no vestir, no falar, no ter ou não luz eléctrica e outras novidades, e o futebol não raras vezes dá origem a pancadaria. Sentem-se, em todo o caso, solidários em relação a outras freguesias, cujos habitantes são designados com alcunhas depreciativas. É, porém, de S. João das Lampas, burgo e lugares satélites, que a autora principalmente se ocupa.

População de S. João das Lampas. O crescimento da freguesia (1864-1960). — A paróquia tinha, em 1864, 2660 habitantes (86 p. 100) e em 1960 4948; a povoação de S. João passou de 139 a 357 (157 p. 100) nos mesmos anos. Exibem estes números aumento quase dobrado de moradores na sede da comunidade em confronto com toda a freguesia. Resultou isso do abandono dos casais dispersos pela residência no burgo, fenómeno que a autora atribui à substituição da lei do morgadio pela herança de todos os filhos. O crescimento populacional da paróquia foi, por outro lado, nitidamente inferior ao resto do país, e JOYCE julga o facto proveniente da limitação dos nascimentos, sensível no Sul, onde pouco se ouve a Igreja, e da emigração para Lisboa.

Pensamos que transportes fáceis, emprego mais bem remunerado, tudo permitindo residência em S. João e o prestígio e sedução do viver urbano explicarão também a fuga para a sede da freguesia.

A população de S. João em 1961. — Contou a autora, em 1961, 106 fogos com um total de 363 pessoas: 190 homens e 173 mulheres. A pouca gente de fora provinha quase toda de concelhos limítrofes e era saloia. Atribui o pouco crescimento da população de S. João, comparado com o do resto do país ou de Lisboa, a duas causas: controle

de nascimentos e emigração. Não fazem falta à lavoura muitos filhos e torna-se indispensável educá-los, ora a educação é cara. Este o motivo que comumente evocam os Sanjoanicos. A emigração tem menos peso. Emigram pouco e mais as mulheres que os homens. Vão aquelas servir para Lisboa, buscam os homens trabalho em Lisboa e Sintra. Sai-se pouco para o estrangeiro.

Ao mencionar o modo como elaborou o seu inquérito demográfico diz JOYCE que, em Portugal, todo o contacto social se processa mediante apresentação. A afirmação peca por excesso, a comunicação directa, embora arriscada, também é possível e, por vezes, tão ou mais frutuosa do que a obtida por via de outrem. E referindo o tratamento afável que The dispensaram os Saloios, contrariamente ao que tinham dito, alude ao velho antagonismo entre o lisboeta e o saloio, em contradição com a ideia tradicional do camponês bom, não tocado dos vícios da cidade. E comenta que este último conceito «... é estimulado pela propaganda do Governo que encoraja a música popular regional e as celebrações populares», acrescentando que «As atitudes protectoras são usualmente dirigidas aos camponeses tradicionais que vivem a centenas de milhas de Lisboa» e ainda que o saloio «... é olhado com desconfiança e sem admiração».

Ainda aqui se me afigura que a autora exagerou. Não creio que, promovendo a sobrevivência da música regional e festividades populares se revigore a ideia do camponês puro e cidadão perverso. Do mesmo modo não observo que se protejam e se tenham os camponeses de longe como bons. E talvez não seja tão grande actualmente, como a autora afirma, o desprezo e falta de admiração pelos Saloios. E está igualmente sujeita a erro a suposição de que «... um antropólogo português (de Lisboa) teria encontrado muito mais dificuldades do que ela» no contactar com a gente de S. João. É, no entanto, justo pôr em relevo as qualidades humanas de JOYCE e o tacto com que agiu. Quando para entender melhor o seu texto e ilustrar com fotografias este relato me desloquei a S. João, ouvi da boca de uma mulher de mais de meia idade, a respeito de JOYCE, que aí residira quase um ano, o seguinte juízo: «Era uma Senhora que falava bem com a gente». Fazem-me lembrar estas palavras outras análogas proferidas pelas populações negras de Angola.

Organização social de S. João. — Distribuem-se os 363 moradores de S. João por 106 fogos. Para efeito de análise social consideram-se apenas 95, dado que 11 são constituídos por pessoas que não participam propriamente na vida social da comunidade.

A família predominante é a nuclear: 63 famílias nucleares completas e 28 incompletas; só 4 extensas e mesmo assim divergindo dos tipos paradigmáticos. Suprime-se a lei do morgadio, herdado por igual todos os filhos, e, como «Casamento, apartamento», vai cada um deles, ao casar, viver em casa própria, em geral vizinha da dos pais do marido.

O parentesco, consanguíneo ou por afinidade, tem ainda sua importância social. É com parentes que mais tratam e a maior ou menor

força desses laços observa-se, sobretudo, por ocasião de mortes e subsequente luto.

Os pais escolhem os irmãos para padrinhos dos filhos e levam-se de compadres. O padrinho indica o nome do afilhado, o sobrenome é o da mãe e o apelido o do pai. Genro e nora não dizem directamente *sogro* e *sogra*, mas *pai* e *mãe*. A nomenclatura de parentesco repete a de todo o Portugal e da Europa Ocidental. Reconhecem-se como parentes os de cinco gerações.

Nas formas de tratamento ouvem-se *tu* e *ocê*, *vossa mercê* e *mercê*. *Tu* de pais para filhos e entre iguais. *Vossa mercê* e *mercê* denotam mais respeito, mas vai-se ouvindo *ocê* de filho para pai, nunca *tu*, como em Lisboa.

Numa terra sem grandes proprietários não há classes socialmente privilegiadas. Não há *doutores* nem *donas*; todos são saloios, mais ou menos abastados. Ou se é vizinho ou parente. Os homens da geração dos pais são chamados tios e designam-se muito as pessoas por alcunhas.

Acho estranho que se use ainda a forma de tratamento vossa mercê, já por toda a parte arcaica. Não terá ouvido JOYCE vocemecê que tomou por vossa mercê? Sociólogo exigente poderia lamentar que a autora não tivesse levado mais longe a análise social e posto em realce o que na estrutura da sociedade é exemplo da anunciada integração, mas esteve, sem dúvida, fora do seu plano esse género de desenvolvimento.

VIDA ECONÓMICA

A aridez e pobreza do último quartel do século passado seguiu-se um período de melhoria agrícola: apuraram-se sementes, prosperou a vinha com a extinção da filoxera, a mecanização proporcionou o aproveitamento de muitos incultos. Apesar disso e mercê da industrialização do país, assiste-se ao abandono progressivo da terra por empregos mais rendosos. A vida económica e social da comunidade passa por profundas alterações. Tornando à ideia-força por que se move imputa a autora esta mudança à influência das instituições nacionais que não do «contacto físico» com Lisboa, dia a dia menor. Isso se tornará claro no desenvolvimento que irá dar a esta matéria económica.

Vida económica tradicional saloia (1850-1940). Ocupações. — Em 1895 e 1920 o principal modo de vida era a agricultura. Dela se vivia escassamente e pouco mais se comprava do que alguma roupa e azeite; açúcar e café eram luxo. O sinal de riqueza constituíam-no os cordões de ouro que se exibiam em festas. Os excedentes alimentares — criação, ovos, pão saloio, manteiga, uvas, batatas, cebolas, hortaliça — vendiam-nos as mulheres em Lisboa e vilas vizinhas. Até Sintra tocavam-se burros e aí se tomava o comboio para Lisboa. Os homens lidavam nos campos. Ocasões de compra e venda eram também mercados e feiras: de Sintra, da Malveira, das Mercês, da Ericeira.

Os contactos que as mulheres mantinham com a cidade limitavam-se a conversa com criadas, que, algumas vezes, eram de S. João, aonde tornavam para casar ou cuidar de pais idosos. O saloio, com seu traje singular, dava nas vistas nas ruas da capital.

As actividades mais bem pagas em Lisboa eram as do comércio e do emprego público, para as quais não estavam preparados os iletrados saloios. Teriam de servir de criados e auferir magros salários; mais valia ficar em casa, onde a terra não deixava passar fome. Era-lhes, por outro lado, desfavorável o clima social: olhados com desprezo e desconfiança. Antes a terra, onde se viam de igual para igual. Não havia, pois, qualquer estímulo para a emigração e, por isso, ela foi diminuta.

Conclui a autora, em relação ao período de 1850-1940, que os contactos com Lisboa eram de natureza económica limitada e esporádica e que «A vida económica de S. João era muitíssimo independente da vida económica urbana», aduzindo em favor deste asserto que o dinheiro das vendas «era pouco usado nas relações locais», onde se trocavam serviços, se pagavam rendas e obrigações de Igreja com géneros e com estes se faziam ofertas.

Não nos parece assim tão autónoma como a autora afirma a economia de S. João. Se produzia para abastecer Lisboa, era sua actividade agrícola orientada no sentido da solicitação que recebia e indispensáveis suas relações económicas com a capital, embora sem regras e regulamentos formalmente instituídos. A autonomia dos Sanjoanicos era relativa, os Saloios só aparentemente faziam o que queriam. Não sei que autor escreveu uma vez que «A gota de água que cai do céu se pudesse falar, diria: Caio, porque quero».

Actividades económicas do saloio em 1961. — Quando JOYCE realizou o seu estudo já os Sanjoanicos não iam vender os seus produtos a Lisboa. Só 37 p. 100 dos homens eram agricultores, os outros 63 p. 100 trabalhavam em pedreiros, na construção civil, na carpintaria. Eram, neste caso, as mulheres que principalmente cuidavam da terra; os homens ajudavam-nas nas horas vagas. Transitava-se «de uma sociedade agrária, em que cada um trabalhava por sua conta», para «uma sociedade mais ampla, dominada pelo trabalho assalariado». O camponês entrava «na economia nacional, que lhe trazia mais dinheiro, novos produtos e até novo modo de orientar as relações económicas mesmo dentro da agricultura». A tudo isto ajudava a organização corporativa do Estado, ainda que disso se não dessem conta os habitantes de S. João.

As novas alternativas das ocupações não tradicionais. — As duas novas actividades que atraíam sobretudo os Sanjoanicos eram a indústria do mármore e a construção civil. A primeira, a dois passos de casa, e não exigia aprendizagem longa. Ganhava-se melhor e o trabalho era mais certo. Labutando na terra, e em casa dos pais, o moço que queria casar e não tinha recursos para isso pode agora fazê-lo. E trabalhando

8 horas por dia, com semanas de cinco dias e meio, ainda lhe sobra tempo para dar um jeito às leiras. Obrigatoriamente integrado no Sindicato beneficia de serviços médicos e hospitalares e de abono de família. É certo que já não é dono do seu trabalho, que tem um patrão, que vive no meio de gente estranha, que corre graves riscos físicos, mas tudo isso se esquece em função dos benefícios.

Não se sente, por outro lado, constrangido por estar integrado numa instituição económica corporativa, em que não interfere. Não tem consciência de classe, não o preocupam problemas operários. O colher pedras e afeiçoá-las não o afastam muito da terra donde vem, sua mentalidade continua a ser a do camponês acidentalmente desviado, em parte, das fainas agrícolas. Em todo o caso JOYCE anota que «... são muitos os sulcos abertos na sua auto-suficiente vida aldeã primitiva».

A outra actividade, a da indústria da construção civil, em grande progresso na área da paróquia, tem a preferência dos Sanjoanicos: ganho equivalente, perto de casa, trabalho menos perigoso, menos sujeito a obrigações legais e que, do mesmo modo, não exige longa preparação. Como assalariados, como patrões-empregadores, vão construindo casas de veraneio no caminho das praias da freguesia. E com um ou outro dos dois ofícios não voltaram costas ao trabalho da terra, embora se esteja a passar de uma economia de subsistência a uma economia monetária.

A agricultura actual. — «A vida agrícola já não é uma actividade económica individual», mas «assunto da nação». O camponês acha-se preso nas malhas de regulamentos que o contrariam e cuja utilidade não reconhece.

As culturas. — A terra ou é própria ou de renda; as principais culturas a do trigo e a da vinha. Também se cultivam milho, batatas, cenouras, cebolas e couves. E tudo produz mais, graças a melhores sementes e adubação.

As técnicas de lavoura pouco mudaram: arado tradicional e charrua; o tractor é caro, não entra nalgumas courelas, vai muito fundo noutras, misturando pedra à terra, e, por isso, de limitado uso. A monda é feita por mulheres, algumas de ajuda ou pagas. A ceifa, à foice; só a debulha do trigo à máquina, paga à hora. Centeio, aveia, feijão são debulhados com trilho. À debulha segue a vindima, em Setembro. Vai a maior parte das uvas para as adegas, a outra é calcada a pés, em casa, para vinho caseiro.

Criam um ou dois porcos em pocilgo, e galinhas, patos, perus. Só 15 moradores têm vacas, e destes, doze vendem o leite à Cooperativa e três bebem-no e fabricam *manteiga saloia* que vão vender a Sintra.

Relações de trabalho. — Quase não há patrões e trabalhadores; trabalha cada um para si e para os outros. A troca de trabalho ainda se pratica e mais entre parentes, mas vai sendo menos usual, à medida que a economia monetária progride.

O salário de um filho solteiro, quer venha da terra, quer do emprego fora dela, reverte para a família. Os pais em compensação dão casa ao filho que casa. É também usual dividirem os pais, antes de morrer, as terras pelos filhos, em troca de sustento. Há pais que dão a filhos solteiros uma «seara», de que se ocupam no tempo livre e cujo produto é seu. A pais pobres, sem terra, já o filho solteiro se não sente obrigado a dar tudo quanto ganha.

Facilidade de emprego na indústria não só afasta da terra, como introduz no trabalho do campo o pagamento a dinheiro. O tempo é dinheiro e este cada vez mais necessário na aquisição de bens de consumo, arrendamento de terras, fertilizantes, presentes; prefere-se dinheiro à troca de serviços.

As instituições formais e a agricultura. — Economia monetária e uma cada vez maior dependência das instituições económicas nacionais. Todo o agricultor é obrigatoriamente sócio do Grémio da Lavoura, ao qual paga uma quota anual correspondente aos bens que produz. O controle da produção, consumo e distribuição é obtido por meio de *manifesto* que o camponês preenche. E já aqui começa a desviar-se dos regulamentos impostos: não dá informações exactas, no receio de que lhe aumentem a quota ou lhe confiscem a mercadoria, e isto em período de guerra como o de 1961.

Suas relações com o Grémio são diminutas: vai pagar a quota a Sintra. Poucas são as vantagens que dele obtém. Descontos na aquisição de sementes, fertilizantes e alfaia agrícola não os obtém, alegando que só grandes compras são vantajosas. Não chegam até ele ajuda técnica e crédito bancário. Apesar disso, reconhece que o Grémio faz subir os preços e lhe melhora a sorte.

Mais terra cultivada, mercê da utilização do tractor, maior produção, com menos braços. Mas não vai a mulher vender directamente aos mercados ou a fregueses de rua de Lisboa e Sintra os excedentes alimentares. O trigo entrega-se obrigatoriamente à F. N. P. T., as uvas vão para a Adega Regional, o leite para a Cooperativa do Leite. E dos restantes produtos ainda carrega uma parte para os mercados de Lisboa o camionista intermediário que pelo frete e pela venda cobra seu quinhão.

Promovem, no entanto, algumas mulheres a venda directa nos mercados e feiras de Sintra e Malveira ou nas ruas de Lisboa, mas sem a antiga liberdade, dado que têm de pagar licença do burro, do lugar no mercado, além da proibição de vender, enquanto os mercados estão abertos.

Estas, as regras do jogo. Mas elas são bastante viciadas. Não se manifesta todo o trigo: vai parte dele a moer ilegalmente e a farinha é vendida a ocultas a padeiros de Lisboa. E isto apesar da fiscalização cada vez maior dos *manifestos* e do policiamento público, com multas para tudo. Do mesmo modo se processa um activo mercado negro de *pão saloio* em Sintra e nos subúrbios de Lisboa, com fregueses certos, e com o pão segue algum vinho, galinhas e perdizes...

Em síntese:

- a) trabalhos agrícolas e compras pagos a dinheiro;
- b) reduzida autonomia do camponês, embaraçado numa teia de regulamentos exteriores à comunidade;
- c) menos contactos directos com os mercados, actuação de intermediários.

«... O Sanjoanico já não está ligado à cidade economicamente, participa cada vez mais nas instituições da sociedade geral».

Afigura-se-nos que aqui a negação peca por excesso. Se algumas mulheres continuam a praticar um comércio ambulante com Lisboa, que não é despiciente, se parte da produção é entregue a camionistas para venda na cidade — em povoações saloias como Montemuro e Salemas os agricultores acompanham a carga —, como não está então ligado o Sanjoanico economicamente, de modo directo ou não, à cidade?

Mais chão cultivado, maior produção, uma agricultura progressiva, enfim, e com menos braços e sem o grave perigo do desemprego — os homens que sobram têm na indústria ocupação compensadora. A propósito desta boa situação económica escreve JOYCE: «...S. João, tão perto da cidade, podia continuar a desempenhar o seu histórico papel como importante abastecedor de Lisboa». Sua economia de excedentes está, portanto, dependente de Lisboa, e, por estar perto dela, fisicamente perto, ainda que o maior contacto dos aldeões não seja físico e se produza através de segundas pessoas ou de organismos oficiais. Não contradirá isto, um tanto, a tese de JOYCE?

A informação de que a quota paga ao Grémio da Lavoura é proporcional à produção não será exacta. Não se organiza a quotização pelo que se declara nos manifestos, mas pelo montante inscrito na contribuição predial. Se dos manifestos saísse a importância da quota, quantas falsidades não conteriam então?

Oportunidades no centro urbano. — Tendo em conta o permanente crescimento da população não rural de S. João, não se vê que Lisboa a possa absorver nem as instalações industriais do norte e leste da cidade. Não possui o saloio preparação especializada que sirva as exigências de uma cidade «administrativa e burocrática», são-lhe apenas acessíveis ocupações servis e mal remuneradas. A urbe, fica, além disso, longe e mais longe a indústria para um ir e vir quotidiano. E a fixação perto do emprego é economicamente inviável para os ganhos que se poderão auferir.

Emigração. — Emigrar para o Ultramar ou estrangeiro não é alternativa que seduza os Sanjoanicos. Temem os riscos de Angola, em guerra, têm notícias da inflação brasileira. E ainda para Inglaterra que alguns emigram: serviços domésticos leves e bom ganho.

Cabem aqui duas observações: a autora põe também como obstáculo à emigração para Lisboa o antagonismo dos lisboetas. Não acreditamos seja factor inibitório em assunto de tal natureza. E a propósito do relativo bem-estar do camponês de S. João faz referência aos «extre-

mamente pobres camponeses de outras partes de Portugal». Mas quais partes? O Alentejo, talvez. Mas no resto do país? O homem do campo tem, no geral, pão à mesa, se bem que lhe faltem outras comodidades que igualmente não existem no lar saloio.

Sumariando o conteúdo deste capítulo III sobre Vida Económica a autora põe em confronto o antigo viver dos habitantes de S. João com o actual. Antes era esporádico o contacto com Lisboa e pouco chegava a S. João da vida urbana, a comunidade mantinha-se autónoma. Com a integração nas instituições nacionais perdeu-se essa autonomia. Os camponeses entregam-se a outros ofícios, as organizações oficiais controlam tudo, o dinheiro invadiu todos os domínios do trabalho. Em vez de homogeneidade, sobretudo económica, e comportamento colectivo de grupos familiares, heterogeneidade e comportamento individual.

O aldeão abandona a terra e não é em Lisboa nem na sua área industrial que se emprega, não só porque não está preparado para tarefas especializadas, mas também porque Lisboa e a sua área, em fase de transição de um período pré-industrial a industrial ainda o não podem receber. Mas de nada disto se apercebe o Sanjoanico, que não tem consciência da sua nova posição no mundo e nada planeia para o futuro.

Não vejo que se tenha perdido totalmente a autonomia de S. João. Nem todos os produtos são distribuídos por instituições nacionais e, desobedecendo, com frequência, às tais regras formais sempre o saloio de S. João se irá sentindo senhor de si e da sua vontade, posto que ameaçado de represálias.

VIDA POLÍTICA

Introdução. — É a freguesia a mais pequena unidade administrativa e política do Estado português. JOYCE propõe-se avaliar neste 4.º capítulo o papel de S. João das Lampas na estrutura política de Portugal. Analisa sumariamente a vida política portuguesa antes e depois do Estado Novo (1926). Divide os 100 anos de antes em dois períodos: o da monarquia constitucional, de 1820 a 1910, ano da implantação da República, e o período de 1910 a 1926.

Caracterizou-se a monarquia constitucional pela instabilidade política, por um parlamentarismo de fachada. Os Saloios de S. João vendiam os seus votos como qualquer mercadoria aos «caciques» eleitorais. Em tal regime e nos primeiros anos do século XX a freguesia funcionava como uma unidade administrativa e eram política e socialmente importantes os cargos de *regedor* e de *juiz eleito*.

Com a República o panorama não mudou. Revoltas constantes, o voto de uma população sem instrução e desconhecadora do processo político não tinha qualquer significação.

Foi no meio deste desassossego e vãs tentativas democráticas que o exército, em 1926, tomou conta do poder e se instituiu o Estado Novo. Um regime antiliberal e de autoridade, um Estado corporativo. Na nova

estrutura política da sociedade portuguesa o indivíduo é membro da sua comunidade — família e freguesia — que representa, e, ao mesmo tempo de corporações morais, culturais e económicas. O sistema é autárquico, nele cada pequena comunidade é uma unidade política com autonomia e participante da vida política nacional.

Há um lapso a corrigir na exposição de JOYCE. Apoiada em texto de LEITE DE VASCONCELLOS, Etnografia Portuguesa, vol. III, p. 438, afirma que eram política e socialmente importantes nas freguesias saloias os cargos de regedor e de juiz eleito, nos primeiros anos do século XX. Ora LEITE DE VASCONCELLOS cita como fonte de informação a Physiologia do Saloio, obrinha anónima dada à estampa em 1856.

A estrutura da administração local. — A vida política da comunidade está nas mãos de duas entidades: o *Regedor* e a *Junta de Paróquia*. O primeiro é nomeado por um ano pelo presidente da Câmara de Sintra. É um representante do Governo, encarrega-se do censo da população, do policiamento, das estatísticas, de afixar editais. Tem como auxiliares de sua escolha nas restantes subcomunidades *cabos de polícia*. A Junta é constituída por um presidente, um secretário e um tesoureiro. Elegem-na os chefes de família da comunidade, mas a lista vem feita de Sintra, sai da União Nacional, a que são estranhos os eleitores. Compete à Junta verificar o direito de voto, passar atestados de pobreza, administrar baldios, promover melhoramentos. Os seus recursos não são locais, estes a pouco montam — rendas de poucos baldios e do mercado local —, vêm da Câmara. Os melhoramentos são mais aqueles que a Câmara manda fazer do que os que os paroquianos pedem.

Não se amofinam, contudo, os Sanjoanicos com o modo de eleição dos seus representantes políticos. Se fossem eles a escolher, escolheriam os mesmos, como pessoas mais respeitadas, de melhor situação económica e com conhecimentos em Sintra. São parentes ou conterrâneos que se estimam. O medo é dos de fora, das autoridades municipais, da Guarda, que multam e que é preciso evitar.

Não funciona a paróquia como unidade política autónoma, as instituições nacionais a isso se opõem. Não se sentem, todavia, os paroquianos grandemente contrariados. Vive-se politicamente em paz, não há grupos políticos, a *sociedade* onde se divertem é recreativa, estão proibidos nela debates de outra natureza. E a autora remata: «... as instituições políticas nacionais têm retirado da comunidade toda a capacidade de ter função política interna».

Não se estará a imputar às instituições responsabilidade que não têm? Afigura-se-nos que a alienação reside mais nos processos executivos do que no espírito das leis.

A povoação e o exterior. — Os paroquianos encontram graves dificuldades nas suas relações com o exterior; estas são muitas, já que é reduzida sua autonomia política e administrativa. Se a povoação carece de um melhoramento, não o podem executar as autoridades locais e só a Câmara Municipal. E a acção desta, ao nível das freguesias, é

morosa, pouco eficaz. Nas relações com os serviços públicos, com a burocracia, levantam-se outros estorvos: despachos tardios ou ausência deles. Torna-se necessário, por tudo isto, recorrer a dois velhos expedientes: conhecimentos e gratificações. Como o dinheiro não abunda, procura-se o conhecimento. Este ou se acha na terra ou em Lisboa. Na terra, pede-se à Junta, ao Regedor, com pouco êxito, já se vê, ou ao Sr. Prior, que pode muito. Mas o favor, se se alcançar, requer reciprocidade, e o Sanjoanico evita isso, se pode. Seus conhecimentos em Lisboa não vão além da costureira de senhora de sociedade, de que tiram, às vezes, bons resultados. Um feixe de embaraços, enfim, com que o aldeão tem de haver-se.

As eleições de 1961.— Não ajuda a gente de S. João influência política que não tem. É matéria de que vive alheia. Nem se dá conta de que há eleições, a não ser quando o Regedor as anuncia. Rádio e televisão não se lhes referem e poucas pessoas lêem jornais. Não sabem se têm direito de voto nem por quem votam. A autora exemplifica o acto eleitoral com as eleições para deputados de 1961. Entende que o pouco interesse manifestado pela política «tem sido efectivamente ajudado pelas instituições formais da sociedade».

E torna a insistir no apoliticismo da comunidade, que considera intencionalmente favorecido do Estado. E refere a pouca vida que têm na povoação Mocidade Portuguesa e Legião a cargo do pároco e do professor, facto que não confirma o juízo da autora, uma vez que provém da incúria de dirigentes contrária à vontade do Estado.

E se os Sanjoanicos ouviam emissões de rádio tidas como clandestinas e faziam comentários políticos, não parece que se alhassem assim tanto da política quanto a autora faz supor.

Assinala-se ainda a não existência de associações formais voluntárias de que resulte diferenciação social.

JOYCE reafirma, em suma, que a freguesia de S. João perdeu autonomia em relação ao passado e se acha dia a dia mais envolvida nas instituições políticas nacionais, que, se a levam a tomar consciência dos seus direitos, como membros de uma sociedade maior, lhe retiram o poder de os fazer valer por si próprios.

Alude a uma autonomia em passado recente, mas não a concretiza com factos. Tê-la-á alguma vez havido?

VIDA RELIGIOSA

Introdução.— Também em relação à vida religiosa a autora se propõe demonstrar que as instituições formais têm eliminado as diferenças entre sociedade local e sociedade nacional. Toda a iniciativa religiosa passou para as mãos do pároco, sob controle das autoridades eclesiásticas superiores, residentes em Lisboa. Delas emana toda a orientação religiosa. Põe-se em realce a proximidade da capital.

A gente saloia é pouco devota, o que não quer dizer que o catolicismo não tenha penetrado fortemente na vida saloia.

A Igreja e o pároco em S. João. — A vida religiosa da freguesia é dirigida por um sacerdote — o Sr. Prior. Auxiliam-no oito freiras da Ordem de N.^a S.^a de Fátima, cujas principais actividades são, porém, enfermagem, ensino e costura.

Quase só as mulheres vão à missa e pouco em dias de semana; ao domingo vêem-se velhos no fundo da Igreja.

O padre tem, além da função eclesiástica, importante papel sócio-político, que não agrada à maior parte dos paroquianos e tem sido causa de conflitos.

Religião, indivíduo e família. — Os Saloios não se metem a discutir a fé ou o dogma, participam mais ou menos das cerimónias da Igreja. A vida individual estão ligadas as do baptismo, primeira comunhão, casamento e morte.

O baptismo celebra-se um ou dois meses depois do nascimento. São padrinhos, geralmente, pessoas de família — irmãos ou primos dos pais, que ficam sendo compadres. Pagam as despesas e sugerem o nome aos pais. Costumam ser testemunhas no casamento dos afilhados.

Devo dizer que estes costumes se observam em outros lugares. O ficar a mãe em casa a preparar o jantar, enquanto se realiza o baptismo, é prática que se vê igualmente em Rio de Onor, por exemplo (JORGE DIAS, Rio de Onor... Porto, Instituto de Alta Cultura, 1953, p. 317).

A primeira comunhão. — É cerimónia a que muitos se sujeitam uma só vez na vida, aos oito ou nove anos. Dia de grande significado para a Igreja, que a população não chega a apreender.

Casamento. — O ritual religioso do casamento é, do mesmo modo, o que menos importa aos Saloios, que em comezainas e bailes do resto do dia e do seguinte encontram toda a força do acontecimento.

Como o matrimónio religioso impede o divórcio, as raparigas preferem-no; poucas se casam civilmente.

Funeral. — Doença e morte são causa de grave apreensão para os habitantes de S. João. A morte traz lágrimas e luto e a ela se deve o ar triste da povoação. É na morte e no aniversário da morte que a Igreja mais é chamada a tomar parte na vida familiar. Chama-se o prior para a santa unção e o féretro sai para a igreja e daqui para o cemitério sempre dele acompanhado. Vai toda a aldeia ao funeral, só os parentes mais chegados ficam em casa. Ouvem-se choros, toda a conversa é pesada e amarga, não há, então, emoções contidas.

A Igreja está presente na despedida, como esteve no baptismo e no casamento.

Religião e comunidade. — As festas relacionadas com a Igreja são de dois tipos: familiares — a da Páscoa e Natal, e colectivas — as dos santos padroeiros, os círios, as dos santos populares. A organização

destas últimas estava a cargo das *confrarias*, formadas por cinco *mordomos* e um *juiz*, associações de voluntários, que, embora filiadas na Igreja, disfrutavam de bastante autonomia.

As festas mais notáveis eram — e são — os *círios*, típicos da região saloia. Duas imagens, a da N.ª S.ª da Nazaré e a da N. S.ª do Cabo viajam, ano após ano, de uma para outra paróquia. N.ª S.ª da Nazaré chega a cada freguesia de 18 em 18 anos e N.ª S.ª do Cabo de 26 em 26. Em outro tempo enchiam-se de entusiasmo e de brilho, todos faziam gala em receber com grandeza Nossa Senhora. Por 1961 estavam em grande decadência as várias celebrações colectivas. De 16 que eram, em 1779, passaram a 5 em 1950 e em 1961 estavam reduzidas a 2: a do Corpo Santo e a de N.ª S.ª da Saúde; de dezasseis confrarias restava só uma. O Prior meteu-se, abusivamente, a nomear os *mordomos* e a tomar conta do dinheiro, e os paroquianos abandonaram as *confrarias*.

Das duas festas só a da N.ª S.ª da Saúde toca fundo o coração de todos. Asseiam-se casas, aprontam-se fatos, não se fala de outra coisa. Os mordomos juntam dinheiro, as mulheres cuidam de pagar promessas. E lá vão em procissão, homens com a Santa aos ombros, o pároco atrás, mulheres com suas «cargas» (pão, bolos, maçãs) à cabeça para retribuição de favores da Santa e juntamente crianças, poucos homens, em desorganizado séquito. Leilam-se, depois, as «cargas», cujo rendimento vai para a Igreja.

Porquê, então, esta decadência das festas grandes da comunidade? Estavam associadas às colheitas, às vindimas e a agricultura deixou de ser o principal modo de vida da população. Já não fazem falta preces para afugentar pragas, para que venha chuva. O aldeão voltou-se para o exterior, onde ganha a vida e do exterior lhe vêm novas sugestões, imagens de outros mundos através do rádio e da televisão. Quer aproximar-se dos lisboetas, sente-se com iguais direitos. As festas da sua aldeia já lhe parecem insignificantes. Não o estimula, por outro lado, o pároco, para quem as celebrações de carácter colectivo estão eivadas de pecado, de superstição, de laicismo, pelo forte acento profano que se lhes mistura. Foi-se o tempo em que as festas congregavam os paroquianos em volta da sua igreja e do seu prior, não são mais um laço de união da comunidade. Os Sanjoanicos deixaram de se pensar como um todo, perderam também pelo lado religioso sua autonomia. Todo o empenho do pároco está em fomentar práticas religiosas universais, de feição individual ou familiar, eclesiasticamente aprovadas, em anular as locais, contaminadas de espírito profano. E nisso se subordina a formais determinações da Igreja, a programas de acção que vêm de cima.

Os serviços sociais de que o Estado ou a comunidade se podiam encarregar estão nas mãos do pároco. A Igreja se devem a fundação de um posto clínico, distribuição de alimentos a pobres, um bairro para eles, uma creche, uma oficina de sapateiro, tudo custeado com fundos que ela reúne e algum auxílio do Estado. Da influência pessoal do padre recebeu a freguesia benefícios como a escola feminina de extensão agrícola e escola nocturna para rapazes e adultos analfabetos.

Mas o zelo eclesiástico exige compensação: mais religiosidade, menos paganismo. Foi, por exemplo, decisiva a intervenção do Prior contra o tradicional *enterro do entrudo*.

Sob influência de um anticlericalismo herdado dos regimes liberais e em face da ampla intromissão do pároco na vida da aldeia, não se cansam os paroquianos de vociferar contra ela. Entendem que aquele exorbita das suas funções e juntam queixas excessivas, mesmo contra a benéfica acção que a seu favor se desenvolve.

Mas tudo são clamores que se não convertem em actos, aos quais o padre responde com igual agressividade. E vai este prolongando a sua acção e os Sanjoanicos usando dele, quando precisam. E a autora insiste em que esta atitude anticlerical nada tem que ver com falta de fé, explicando-a ainda pela personalidade do padre e importância sócio-política da Igreja na estrutura da sociedade portuguesa.

Em resumo: favorecendo a extinção das práticas religiosas colectivas locais e reforçando as individuais e gerais a Igreja propicia a integração da pequena comunidade de S. João na sociedade nacional. Não lhe dá apreensão o resmungar do povo que não tem outro credo por que opte. E JOYCE conclui que é esta uma das poucas manifestações do grupo social como um todo.

Alguns comentários: Referindo-se ao papel importante da religião na vida de S. João nos princípios do século XX, cita JOYCE a p. 439 do 3.º volume da Etnografia Portuguesa de LEITE DE VASCONCELLOS como fonte de informação. Incorre em lapso atrás citado, incluindo na século XX testemunho dos meados do século XIX. LEITE DE VASCONCELLOS aproveita e cita a Physiologia do saloio, autor anónimo dos meados do século XIX.

Aludindo à acção religiosa e sócio-política do pároco, de que resulta, em parte, a perda de autonomia do agregado social de S. João, explica-a muito pela proximidade de Lisboa, o que está um tanto em desacordo com a sua tese de que a vizinhança do capital quase nada influi na transformação por que passa S. João. E ainda neste capítulo se lê que os Sanjoanicos se querem aproximar dos lisboetas nos gostos, costumes e direitos. Como atribui, então, tão diminuta importância à mencionada vizinhança no processo de integração?

CONCLUSÃO

O fenómeno das relações campo-cidade, ou melhor, da urbanização dos meios rurais tem sido objecto de vários estudos e a autora apresenta na sua conclusão dois tipos de explicação: o de ROBERT REDFIELD e o seu, que aproveita as teorias de CHARLES WAGLEY e MARVIN HARRIS.

Segundo REDFIELD «o contacto com um centro urbano e a proximidade dele são os factos que explicam as transformações de uma sociedade *folk* numa sociedade de tipo urbano». Verifica JOYCE que S. João das Lampas, na vizinhança de Lisboa, se manteve durante

séculos em contacto com ela e nem por isso deixou de ser uma pequena área cultural homogénea, adaptada ao meio, com relações familiares importantes e de forte unidade religiosa local. Modernamente, porém, está-se a integrar cada vez mais na sociedade nacional, sua cultura é heterogénea, tomam força os comportamentos individuais, é visível sua secularização e perda de autonomia. E com isto concorre, paradoxalmente, uma menor comunicação com Lisboa.

O fenómeno não pode explicar-se, portanto, com simples razões de proximidade e contacto, embora se não negue que a proximidade favoreça a mudança. E em apoio da sua asserção traz JOYCE o caso de oito sociedades em situação análoga à de S. João com Lisboa, que mantêm a sua específica cultura local. Entende que é necessário pôr em equação outros factores: tipo de relações económicas, natureza da estrutura étnica e de classe da sociedade urbana e géneros de oportunidades sociais e económicas à mão no centro urbano. E tendo em conta estas variantes e o seu diferente comportamento nas sociedades pré-industriais e industriais que se compreenderá o fenómeno.

Nas sociedades pré-industriais a cidade comercial e socialmente diferenciada segrega os rústicos de seu seio, que nela se sentem estranhos; é diminuta, por conseguinte, a influência urbana na cultura aldeã. A pequena sociedade camponesa participa da vida nacional por meio das mediadoras elites urbanas, que estabelecem e mantêm padrões locais; é através desta classe superior «... que as mudanças que emanam da legislação nacional e influências metropolitanas devem ser filtradas antes de alcançarem o estrato aldeão» (WAGLEY e HARRIS).

Na transição de uma sociedade pré-industrial a industrial acabam-se estes mediadores, a maior parte da população é chamada a participar directamente na vida da sociedade nacional. É certo que, em vez da mediadora classe superior urbana, pode haver outros intermediários, como partidos políticos, mas pode não os haver e a comunicação ser directa.

Situa-se S. João no quadro de uma transição de uma sociedade pré-industrial a industrial. Foi suprimida a referida classe mediadora urbana, o aldeão deve comunicar directamente com a sociedade nacional, mas acontece que, em regra, o não faz e utiliza *conhecimentos*, que, neste caso, não são já pessoas de um grupo ou classe distintos.

A modernização de S. João, repete a autora, não se deve a simples razões de proximidade e contacto com Lisboa, mas principalmente à progressiva penetração na vida aldeã das instituições formais da nação, económicas, políticas, religiosas.

Em suma, S. João, embora mantenha sua feição rural, «deixou de ser uma pequena comunidade camponesa típica».

Ao longo dos comentários que fiz ao resumo do texto já se viu que não aceito, sem algumas reservas, a tese de JOYCE RIEGELHAUPT. Penso que proximidade de Lisboa e contactos com a cidade têm tido maior importância na transformação cultural por que tem passado S. João das Lampas do que aquela que a autora lhes atribui e tanto

em outro tempo, como naquele em que fez o seu estudo. Contactos continuos do passado deixaram, sem dúvida, marcas sensíveis no viver da comunidade e, ainda que mais não fosse, uma polarização de actividades conformes com as exigências alimentares da capital, o que, necessariamente significa dependência, redução de autonomia. E na época em que a autora elaborou o seu trabalho, se bem que menor é, todavia, assinalável a comunicação com Lisboa. Vende-se clandestinamente farinha a padeiros, pão saloio a fregueses certos, e, com licença, hortaliças pelas ruas; e de S. João rodam continuamente para Lisboa camionetes com produtos horticolas, acompanhados, porventura, às vezes, por homens de S. João, que é o que agora vejo acontecer em outras aldeias saloias. E fazem-se compras nas lojas e trabalham homens e mulheres na cidade. Como excluir desta contiguidade sensível influência?

E as casas de veraneio construídas pelos improvisados mestres de obras de S. João não trazem também Lisboa para dentro da freguesia? E não é esta uma actividade económica de primeiro plano, promotora do abandono das terras e, em certa medida, independente das instituições económicas nacionais?

E a perda de autonomia política, se ela alguma vez existiu, não deverá também ser imputada e muito à deficiente execução das leis? E a perda de autonomia religiosa não resultará mais do comportamento individual do pároco do que de determinações superiores? E aqui se lembra que a autora atribui a maior influência da Igreja à proximidade de Lisboa.

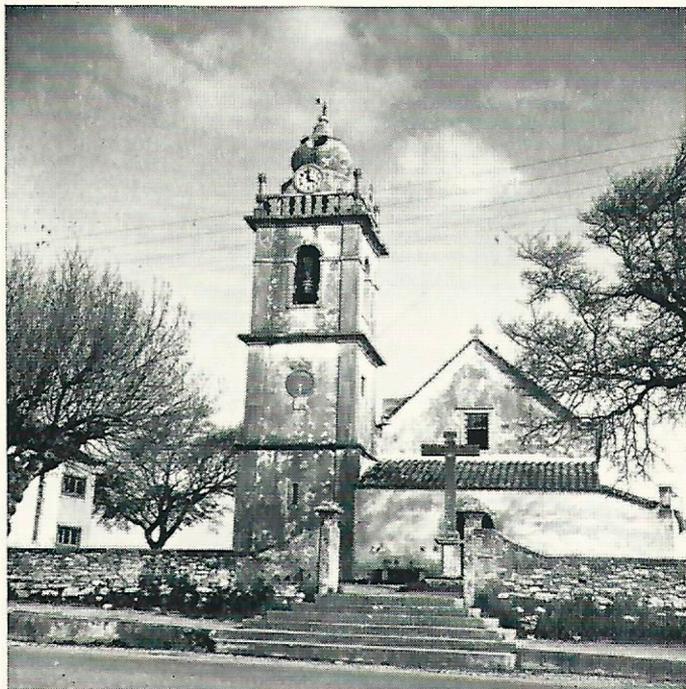
E não será exagerada a asserção de que «S. João deixou de ser uma pequena comunidade camponesa típica»? Não lavram ainda com arado de pau e debulham com trilho, não vestem, em parte, como Saloios e como tais falam? Não se comportam como um todo nos rumores contra o padre, na rivalidade com vizinhos, no colectivo empenho que ainda põem em receber com galhardia N.ª S.ª da Saúde? Não manifestarão uma visão do mundo peculiar? A tradição é tenaz e as mudanças técnicas, posto que se recebam, não bolem tão profundamente, como a autora parece fazer crer, com o mundo tradicional de base, que cada um de nós traz consigo, mesmo na cidade, quanto mais no campo.

Mas não quer isto dizer que não aceitemos as linhas fundamentais da tese de JOYCE; só queremos atenuá-la, pôr algum limite à excessiva força que imprimiu às premissas de que parte. Ficámos com a impressão de que trouxe para o terreno uma explicação já feita, um modelo em que quis meter mais do que ele comporta. A realidade multimoda e complexa não se deixa cingir toda por interpretações demasiado rígidas, sobretudo nas Ciências Humanas.

Estamos, de qualquer modo, descontadas estas pequenas restrições, em presença de um trabalho sério, honesto, levado a cabo com segurança. A autora observou com rigor, descreveu com minúcia, reflectiu com finura. Realizou uma tese rica de informação etnográfica, útil, e mais, indis-

pensável a quantos hajam de aplicar-se a estudos monográficos de Etnografia portuguesa. E, sobre isso, trouxe para o domínio de que se ocupou a fecundidade de ideias novas, de novos e promissores caminhos de pesquisa.

M. VIEGAS GUERREIRO



EST. I, A — A igreja paroquial.



EST. I, B — A casa onde residiu durante quase um ano
Joyce Riegelhaupt.